



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

CÓD 104 – ATIVIDADES TÉCNICAS DE SUPORTE - NÍVEL SUPERIOR II
NÍVEL SUPERIOR - QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO II
TIPO A



- ❖ Ao receber este Caderno de Questões, **verifique se:**
 - A sua opção de **FUNÇÃO** está correta.
 - Contém **60 QUESTÕES** de múltipla escolha, numeradas de **01** a **60**.
 - Caso contrário, solicite ao fiscal da sala outro caderno.

NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES POSTERIORES.

INSTRUÇÕES GERAIS

- ❖ Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- ❖ Marque seu tipo de prova em sua folha de respostas. A ausência de registro desse fato acarretará na eliminação do candidato, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.
- ❖ O tempo de duração da totalidade das Provas Objetiva será de **04 (quatro) horas** corridas para todas as funções. Este tempo inclui o necessário para a transferência das respostas do rascunho para o **CARTÃO RESPOSTA**.
- ❖ Ao receber o **CARTÃO RESPOSTA** confira seu nome, número de inscrição e número do documento de identidade.
- ❖ O **CARTÃO RESPOSTA** NÃO pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- ❖ A forma correta de assinalar a alternativa no **CARTÃO RESPOSTA** é preenchendo toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada de cada questão.
- ❖ Assinale somente uma alternativa em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas.
- ❖ Iniciadas as provas, o candidato somente poderá retirar-se da sala após decorridos 60 (sessenta) minutos do tempo da Prova Objetiva e, em hipótese alguma, levará consigo o Caderno de Questões.
- ❖ O candidato que se retirar do local de provas após decorridos os primeiros 60 (sessenta) minutos do início da prova somente poderá anotar suas opções de respostas em formulário disponibilizado pelo fiscal de sala.
- ❖ Os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto, após a aposição em Ata de suas respectivas assinaturas.
- ❖ Após o término de sua prova, entregue obrigatoriamente ao fiscal, o Caderno de Questões e o **CARTÃO RESPOSTA** devidamente assinados. Havendo algum problema, informe imediatamente ao Aplicador de Provas, para que ele tome as providências necessárias. Caso o candidato não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação posterior.

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o **TEXTO I** e responda às questões 1, 2, 3, 4 e 5.

TEXTO I**Bitcoin**

O Bitcoin funciona como uma espécie de “dinheiro da internet” e conta com carteira virtual e um site específico para transações comerciais.

O Bitcoin (BTC) é um tipo de moeda virtual também chamado de *criptomoeda*. É como se fosse uma espécie de dinheiro da internet, mas que não apresenta um sistema centralizado de controle sobre as suas trocas comerciais, tais como um banco central, ao contrário do que acontece com as moedas do “mundo real”. O termo *bitcoin* também é designado para o *software* utilizado para a criação e controle da moeda.

O nome *bit* não faz referência a *byte*, como muitos podem pensar, mas sim a uma rede de compartilhamento ponto a ponto (P2P), chamada de BitTorrent, em que cada usuário é anônimo e possui o mesmo valor. É o que acontece com a moeda virtual.

Apesar de ser a mais conhecida e amplamente aclamada no mundo da internet, o Bitcoin não é a única criptomoeda existente. Os destaques da concorrência vão para o Litecoin e o Mastercoin, mas nenhum deles possui a representatividade do Bitcoin, a principal moeda virtual do mundo atualmente.

A origem do Bitcoin é atribuída a Dorian Nakamoto, um codinome que seria utilizado por Satoshi Nakamoto, apesar de ele sempre negar a suposta criação que, ao menos oficialmente, permanece no anonimato.

Como adquirir bitcoins?

Para poder adquirir dinheiro em forma de bitcoins, seja para investimento, seja para diversão, o usuário primeiramente precisa criar a sua carteira virtual, que funciona como uma espécie de ponto virtual onde todos os bitcoins ficam armazenados, categorizando um tipo de conta bancária livre de taxas e impostos. Essa carteira só pode ser criada no site oficial da blockchain (cadeia de blocos). Cada unidade possui uma numeração específica, protegida por criptografia.

Para evitar fraudes ou golpes, como a cópia ou duplicação de moedas, além de falsas transações e outros tipos de crimes, há um poderoso sistema de segurança e controle. Basicamente, quando há uma troca comercial entre duas carteiras virtuais, ela é publicada no site da blockchain em forma de código, que é verificado por softwares específicos voltados para essa função.

Para que uma pessoa obtenha bitcoins, ela pode fazer uma transação comercial, recebendo a moeda virtual em troca de serviços ou produtos, como uma negociação comum. Outro método é comprar diretamente bitcoins, trocando as moedas oficiais (tais como o real e o dólar) de acordo com a cotação de mercado, de forma que, quanto mais caro for o bitcoin, mais dinheiro você precisará para adquiri-lo. Esse processo poderá ser feito on-line somente no próprio site da blockchain, o mesmo da carteira virtual, além de caixas eletrônicos criados para isso, o que praticamente não existe no Brasil.

Há, dessa forma, muitas pessoas que utilizam o bitcoin como uma forma de especulação, comprando moedas quando elas estão desvalorizadas e baratas para depois revendê-las quando elas valorizarem em relação às moedas oficiais. Há relatos de pessoas que se tornaram rapidamente ricas com esse tipo de especulação, que, no entanto, é um processo bastante arriscado.

[...]

Vantagens e desvantagens da moeda digital

Criptomoedas com esse tipo de funcionamento possuem pontos positivos e negativos. Entre as vantagens do bitcoin, podemos citar a falta de um governo ou banco central para controlar e alterar o funcionamento da moeda e o baixo número de transações. Entre as desvantagens do bitcoin, destacam-se a instabilidade da moeda, que hoje pode valer muito e amanhã nem tanto, o seu risco em termos de falha na segurança e, principalmente, o seu uso indiscriminado em atividades ilícitas, facilitando lavagens de dinheiro.

Independentemente de suas vantagens e riscos, o bitcoin vem crescendo substancialmente nos últimos anos, embora vários governos não reconheçam o seu uso, havendo alguns que se posicionam totalmente contrários a esse tipo de prática, a exemplo da Rússia. No Brasil, com o crescimento dessa moeda alternativa (que é vista oficialmente como um tipo de ação, e não como moeda propriamente dita), existe um estudo para garantir que elas sejam incluídas no sistema de declaração do imposto de renda.

(Disponível em: [Bitcoin. Como funciona o Bitcoin? - https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/bitcoin.htm](https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/bitcoin.htm)).

1. De acordo com o TEXTO I, é correto afirmar que
- A) embora o bitcoin tenha alta volatilidade, estes tiveram uma grande valorização e enriqueceram muitos investidores.
 - B) o autor é contra as criptomoedas, principalmente devido ao seu uso indiscriminado em atividades ilícitas, facilitando a lavagem de dinheiro.
 - C) a Rússia, por sua economia tradicionalmente centralizada, tem feito muitas reclamações à comunidade internacional para banir as criptomoedas.
 - D) no Brasil, o bitcoin ainda não é reconhecido como moeda, impossibilitando assim os investidores a terem acesso a tal opção de investimento.
 - E) embora ainda isentas de fiscalização dos órgãos reguladores, as criptomoedas já podem ser incluídas nas declarações anuais de imposto de renda no Brasil.
-
2. A respeito do TEXTO I, é correto afirmar que o tipo textual adotado tem uma linguagem
- A) técnica, com vocabulário e termos específicos, inacessível a todos os públicos.
 - B) coloquial, visando à compreensão e à aceitação das criptomoedas pelo público.
 - C) rebuscada, com termos refinados e de difícil compreensão ao público leigo.
 - D) extremamente complexa, de difícil entendimento até para profissionais da área.
 - E) persuasiva, direcionada a influenciar os brasileiros a investir somente em criptomoedas.
-
3. O objetivo principal do autor do TEXTO I é
- A) apresentar os prós e contras do investimento em criptomoedas.
 - B) utilizar argumentos para ampliar o investimento em criptomoedas.
 - C) convencer os leitores a investir em criptomoedas como um hobby.
 - D) advertir a todos sobre atividades ilícitas de lavagem de dinheiro.
 - E) alertar o leitor para declarar criptomoedas no imposto de renda.
-
4. No trecho “*Independentemente de suas vantagens e riscos, o bitcoin vem crescendo substancialmente nos últimos anos (...)*”, o termo “substancialmente” significa
- A) modestamente.
 - B) vagarosamente.
 - C) frequentemente.
 - D) exponencialmente.
 - E) consideravelmente.
-
5. Considerando o trecho “*A origem do Bitcoin é atribuída a Dorian Nakamoto, um codinome que seria utilizado por Satoshi Nakamoto (...)*” assinale a alternativa em que também há um “codinome”.
- A) O jogador Pelé é considerado como um dos melhores futebolistas.
 - B) O sanfoneiro Luiz Gonzaga foi denominado pelo povo como Rei do Baião.
 - C) O apresentador Faustão também é radialista, repórter e ator brasileiro.
 - D) O autor Ian Flemming escreveu romances sobre James Bond, o Agente 007.
 - E) O escritor Fernando Pessoa também era conhecido como Álvaro de Campos.
-
6. Assinale a alternativa na qual os verbos em destaque estão conjugados, respectivamente, no pretérito imperfeito do subjuntivo e no futuro do pretérito do indicativo.
- A) Para uma pessoa obter bitcoins, ela fará uma transação comercial.
 - B) Um investidor ficara feliz, pois obtivera muitos bitcoins na transação.
 - C) Se obtivesse muitos bitcoins, deveria imediatamente vendê-los.
 - D) Obtidos os bitcoins que sejam suficientes, deveria comprar mais logo em seguida.
 - E) Quando obtiver mais capital, imediatamente comprará mais criptomoedas.
-
7. Assinale a alternativa com a oração em que a ortografia e a acentuação gráfica foram empregadas corretamente.
- A) Estava com o estômago muito lasso.
 - B) Vou verificar o pagamento no estrato bancario.
 - C) Desejo saber qual é a minha sessão eleitoral.
 - D) O novo imposto foi tachado pelo prefeito em 5%.
 - E) O reu tinha uma cicatriz na cocha.
-
8. Assinale a alternativa correta em que consta um predicativo verbo-nominal.
- A) Estava muito feliz com as boas notícias.
 - B) Compareceram todos antecipados à reunião.
 - C) Demitiram o chefe do setor imediatamente.
 - D) Os convidados chegaram cedo ao local.
 - E) Nomearam as novas líderes do grupo.
-
9. Analise a oração a seguir:
- “Respeite-me os cabelos brancos, rapaz.”
- Os termos em destaque são, respectivamente,
- A) objeto direto e aposto.
 - B) objeto indireto e aposto.
 - C) adjunto adnominal e aposto.
 - D) adjunto adnominal e vocativo.
 - E) complemento nominal e vocativo.

Leia o TEXTO II, que narra o diálogo entre Dante e Virgílio, e responda às questões 10, 11, 12 e 13.

TEXTO II
Divina Comédia - Canto III

Dante Alighieri

POR MIM SE VAI À CIDADE DOLENTE,
POR MIM SE VAI À ETERNA DOR,
POR MIM SE VAI À PERDIDA GENTE.
JUSTIÇA MOVEU O MEU ALTO CRIADOR,
QUE ME FEZ COM O DIVINO PODER,
O SABER SUPREMO E O PRIMEIRO AMOR.
ANTES DE MIM COISA ALGUMA FOI CRIADA
EXCETO COISAS ETERNAS, E ETERNA EU DURO.
DEIXAI TODA ESPERANÇA, VÓS QUE ENTRAIS!

Estas palavras estavam inscritas em tom escuro no alto de um portal. Eu, assustado, confidenciei ao meu guia:

- Mestre, estas palavras são muito duras.

- Não tenhas medo, respondeu Virgílio, experiente, mas não sejas fraco. Aqui chegamos ao lugar, do qual antes te falei, onde encontraríamos as almas sofredoras que já perderam seu poder de arbítrio. Não temas, pois tu não és uma delas, tu ainda vives.

Em seguida, Virgílio segurou minha mão, sorriu para me dar confiança, e me guiou na direção daquele sinistro portal.

Logo que entrei ouvi gritos terríveis, suspiros e prantos que ecoavam pela escuridão sem estrelas. Os lamentos eram tão intensos que não me contive e chorei. Gritos de mágoa, brigas, queixas iradas em diversas línguas formavam um tumulto que tinha o som de uma ventania. Eu, com a cabeça já tomada de horror, perguntei:

- Mestre, quem são essas pessoas que sofrem tanto?

- Este é o destino daquelas almas que não procuraram fazer o bem divino, mas também não buscaram fazer o mal. - me respondeu o mestre. - Se misturam com aquele coro de anjos que não foram nem fiéis nem infiéis ao seu Deus. Tanto o céu quanto o inferno os rejeitam.

- Mestre - continuei -, a que pena tão terrível estão esses coitados submetidos para que lamentem tanto?

- Te direi em poucas palavras. Estes espíritos não têm esperança de morte nem de salvação. O mundo não se lembrará deles, a misericórdia e a justiça os ignoram. Deixe-os. Só olha, e passa.

[...]

Chegava um barco dirigido por um velho pálido, branco e de pêlos antigos. Ele gritava:

- Almas ruins, vim vos buscar para o castigo eterno! Abandonai toda a esperança de ver o céu outra vez, pois vou levar-vos às trevas eternas, ao fogo e ao gelo!

Quando ele me viu, gritou:

- E tu, alma vivente, te afasta desse meio pois aqui só vem morto! - Vendo que eu não me mexia, mais calmo, falou - Tu deves seguir para outro porto, onde um outro barco, maior, te dará transporte.

- Caronte, te irritas em vão! - intercedeu o mestre - Lá, onde se pode o que se quer, isto se quer, e não peças mais nada!

[...]

*A Divina Comédia. Tradução: Helder da Rocha. (adaptado).
(Disponível em: <https://www.stelle.com.br/pt/inferno/inferno.html>).*

10. De acordo com o TEXTO II, é correto afirmar que

- A) a inscrição alerta que lá a esperança é a última que morre.
- B) Dante convence Caronte a permitir sua passagem pelo inferno.
- C) Virgílio ressalta a Dante que as almas lá são indignas de sua atenção.
- D) Virgílio desconhecia plenamente o local para onde iriam as almas.
- E) Virgílio acusa Dante de covardia após ver as almas sofredoras.

11. É correto afirmar que o TEXTO II apresenta, predominantemente, linguagem

- A) culta, com termos eruditos, mas com transgressão quanto ao uso dos pronomes.
- B) culta, com alguns termos coloquiais, com origem no italiano da época de Dante.
- C) popular, com uso de vocabulários e analogias modernas, com transgressão literária.
- D) popular, especialmente quanto à ordem das palavras e da concordância verbal.
- E) popular, mas com uso de alguns termos arcaicos de origem grega e latina.

12. No TEXTO II, no trecho “DEIXAI TODA ESPERANÇA, [...]”, a forma verbal “deixai” está conjugada na

- A) segunda pessoa do plural do imperfeito do subjuntivo.
- B) terceira pessoa do plural do imperfeito do subjuntivo.
- C) segunda pessoa do plural do pretérito perfeito do subjuntivo.
- D) segunda pessoa do plural do imperativo.
- E) terceira pessoa do singular do imperativo.

13. De acordo com o TEXTO II, é correto afirmar que as almas condenadas encontradas por Dante e Virgílio estão sendo punidas por

- A) arrogância.
- B) imparcialidade.
- C) blasfêmia.
- D) luxúria.
- E) traição.

14. Leia o período abaixo:

“É preciso que aspirem a maiores objetivos para vencer na vida.”

Analise as afirmativas a seguir:

- I. Existe um Sujeito Oracional.
- II. O verbo “aspirar” tem como complemento um Objeto Indireto
- III. Existe uma Oração Subordinada Substantiva Objetiva Direta.
- IV. O termo “na vida” é o Objeto Indireto do verbo “vencer”.

É correto o que se afirma

- A) apenas em I e II.
- B) apenas em I e III.
- C) apenas em II e III.
- D) apenas em II e IV.
- E) apenas em III e IV.

15. Observe o período a seguir:

“Ainda que seja tarde, ligue-me desde que encontre o documento.”

As conjunções em destaque têm, respectivamente, as funções de

- A) condição e explicação.
- B) consequência e concessão.
- C) causa e oposição.
- D) concessão e condição.
- E) condição e consequência.

ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E LEGISLAÇÃO

16. O servidor público Francisco de Assis foi condenado judicialmente pela prática de improbidade administrativa, pois havia desviado, em proveito próprio, a quantia de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), que se tratava de verba pública vinculada ao Ministério da Economia. Antes de ocorrer o ressarcimento ao erário, Francisco de Assis faleceu, deixando dois filhos como herdeiros de todo o patrimônio. Nesse caso, é possível afirmar que

- A) nenhum herdeiro poderá ser obrigado a devolver a quantia desviada, já que houve o falecimento de Francisco de Assis.
- B) como a condenação é específica contra Francisco de Assis, o dever de ressarcimento também o é, de forma que não há nenhum fundamento legal para que os herdeiros sejam responsabilizados no caso.
- C) a lei prevê expressamente que apenas os herdeiros nascidos antes do início do processo é que podem ser chamados para devolver a quantia desviada por Francisco de Assis.
- D) a morte de Francisco de Assis fulmina é causa legal automática de extinção da prática da improbidade administrativa, impedindo qualquer discussão sobre a devolução da quantia desviada.
- E) os herdeiros, até o limite do valor da herança, deverão ser responsabilizados pela devolução da quantia desviada.

17. A respeito da ética no setor público, assinale a afirmativa **incorreta**.

- A) No serviço público, a ética busca aprimorar, dentre outros objetivos, as relações intersubjetivas.
- B) A ética no setor público tem conteúdo valorativo, sendo os seus valores, no Estado Democrático de Direito, o que exclusivamente a lei estabelecer, independentemente da moral, da justiça e dos bons costumes de sociedades passadas.
- C) Se o servidor público presta um bom atendimento ao público em razão do medo de sofrer uma punição disciplinar, não significa que ele é necessariamente uma pessoa ética por essência na vida privada.
- D) A ética no setor público não perde o seu caráter universal pelo fato de estar sendo aplicada no âmbito da Administração Pública.
- E) A ética do servidor público no desempenho regular de suas funções não se confunde com a ética do mesmo servidor público no exercício da cidadania.

18. Analise as afirmativas a seguir sobre os atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário:

- I. Constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, emprego ou função pública.
- II. Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- III. Frustrar a licitude de concurso público é um típico ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

É correto o que se afirma

- A) apenas em I.
- B) apenas em II.
- C) apenas em III.
- D) apenas em I e II.
- E) apenas em II e III.

19. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994), é correto afirmar que toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho

- A) é fator de desprezo pelo serviço público, o que sempre limita a distinção entre o bem e o mal.
- B) traz transtornos para o serviço público, mas nunca causa desordem nas relações humanas.
- C) é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.
- D) sempre aniquila a dignidade humana e a dignidade da Nação.
- E) traz transtornos para o serviço público, o que sempre conduz à desordem nas relações humanas.

20. Sobre o direito fundamental de acesso à informação previsto na Lei nº 12.527/2011, analise as assertivas a seguir:

- I. É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.
- II. Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.
- III. A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, independentemente de anuência do requerente.

É correto o que se afirma

- A) apenas em I.
- B) apenas em II.
- C) apenas em III.
- D) apenas em I e II.
- E) em todas as assertivas.

INFORMÁTICA BÁSICA

21. Quando utilizamos a Internet é importante que nossos dados estejam seguros, de preferência criptografados. Existem alguns protocolos que são utilizados para os vários serviços da Internet e cada um deles faz uso de diferentes protocolos. Assinale a alternativa que apresenta um dos protocolos de comunicação que garante a comunicação segura através da Internet.

- A) TELNET
- B) SSL
- C) HTTP
- D) FTP
- E) IMAP

22. Dentre os vários protocolos utilizados na Internet, um pode ser considerado como principal, pois é o que permite a navegação nas páginas eletrônicas da Internet, permitindo a transferência de dados como hipertexto. Assinale a alternativa que identifica corretamente esse protocolo.

- A) FTP
- B) SSL
- C) HTTP
- D) NMAP
- E) SMTP

23. Uma das primeiras aplicações utilizadas na Internet foi o e-mail. A troca de mensagens entre os usuários permite que sejam enviados os mais diversos tipos de arquivos em uma mensagem. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A) Um usuário de nome Pedro Pedrosa, funcionário da ACME Inc., pode possuir o seguinte e-mail: www.pedro.pedrosa.br.
- B) No Windows, o aplicativo de e-mails é o Internet Explorer.
- C) Cco (cópia carbono oculta) permite o envio de cópia de uma mensagem de correio eletrônico a múltiplos destinatários sem que um veja quem mais recebeu a mensagem.
- D) Os anexos em vídeo, enviados por e-mail, só podem ser compartilhados em forma de links.
- E) É possível desfazer o envio de uma mensagem por e-mail após 60 segundos do seu envio.

24. A navegação em páginas da Internet é um dos serviços mais utilizados pelos usuários. Sobre os conceitos que permeiam esse serviço, assinale a alternativa correta.

- A) Navegadores da Web utilizam o protocolo SMTP para acessar as páginas Web.
- B) Os navegadores Web atuais utilizam o HTML5 em substituição ao FLASH para a reprodução de animações.
- C) Os buscadores cadastram as páginas da Web utilizando os "robôs", programas que realizam a varredura por páginas na Web.
- D) A abertura de abas ao invés de novas instâncias do navegador é um recurso comum a maioria dos navegadores da Web atuais.
- E) É possível editar páginas da Web utilizando um navegador como o Chrome, da Microsoft.

25. A imagem abaixo, Figura , mostra uma tela capturada do Windows Explorer, gerenciador de arquivos do sistema operacional Windows:

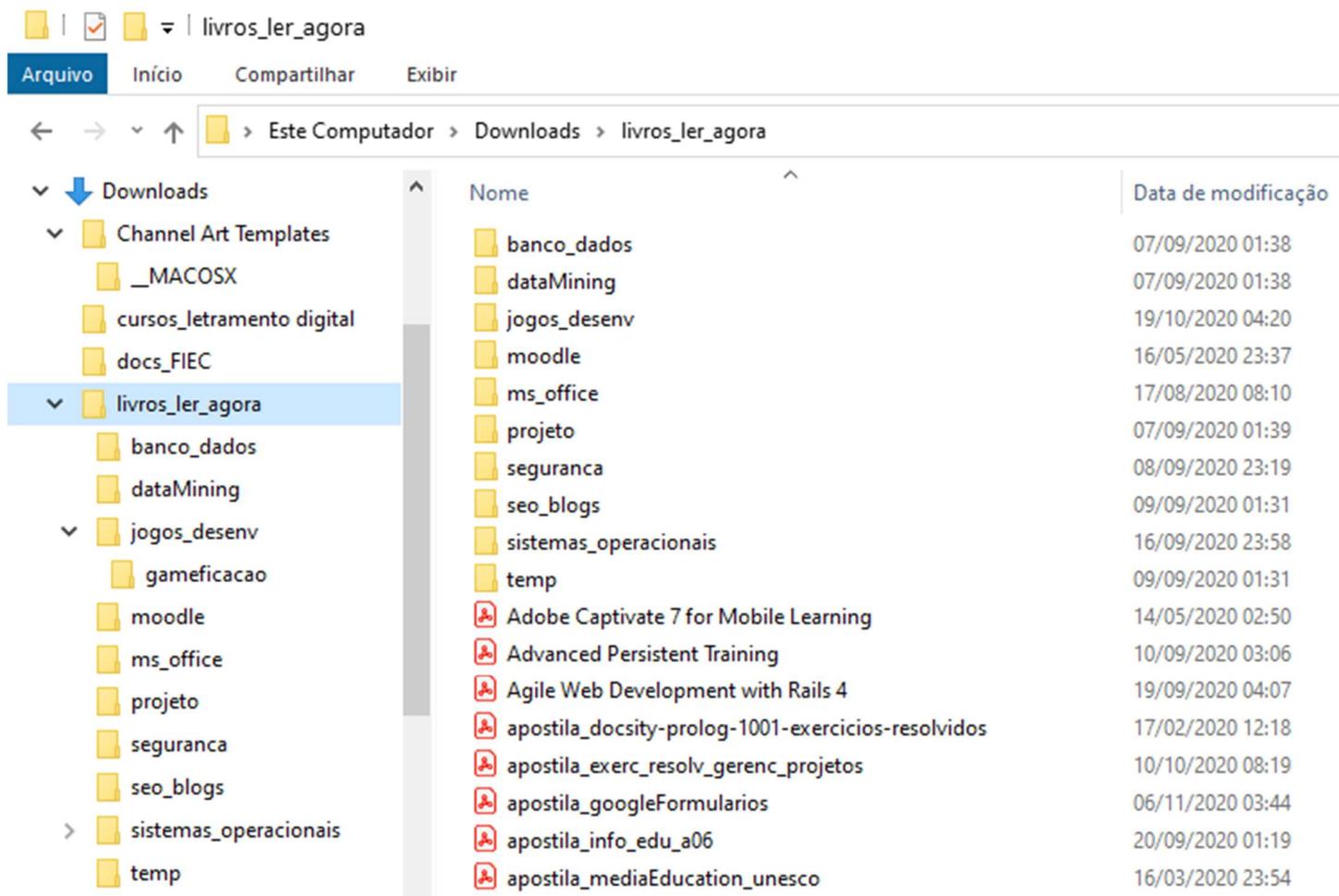


Figura 1 - Tela do Windows Explorer

Assinale a alternativa correta sobre a Figura 1.

- A) A pasta "livros_ler_agora" está selecionada e é "filha" da pasta "docs_FIEC".
 B) A seta ao lado das pastas indica se ela está aberta ou fechada, e as teclas "-" e "+" fecham e abrem uma pasta selecionada.
 C) Um arquivo pode ser selecionado com o mouse e movido utilizando-se o movimento de arrastar + tecla [Ctrl].
 D) Um duplo clique sobre uma pasta ou arquivo os envia para a Lixeira.
 E) Um clique com botão esquerdo do mouse sobre uma pasta ou arquivo mostra o seu menu de contexto, com opções para aquela pasta ou arquivo.

26. As plataformas em nuvem são um tipo de ferramenta tecnológica baseada em *cloud computing*, termo que, em português, é traduzido como computação em nuvem. Existem várias empresas que oferecem serviços em nuvem. Assinale a alternativa que apresenta uma dessas plataformas.

- A) HTTP
 B) TELNET
 C) IMAP
 D) SSL
 E) AWS

27. Como a aplicação de e-mail é assíncrona, é possível escrever uma mensagem em um cliente de e-mail e armazená-la por um tempo até que se decida por enviá-la. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a pasta onde esse tipo de conteúdo fica armazenado.

- A) Histórico
 B) Lixeira
 C) Favoritos
 D) Rascunhos
 E) Caixa de Entrada

28. "Refere-se a serviços online que fornecem APIs de alto nível usadas para desreferenciar vários detalhes de baixo nível da infraestrutura de rede subjacente, como recursos de computação física, localização, particionamento de dados, dimensionamento, segurança, backup etc. Executa as máquinas virtuais como convidados. "Pools" de "hipervisores" dentro do sistema operacional de nuvem podem suportar um grande número de máquinas virtuais e a capacidade de escalonar os serviços de acordo com os diferentes requisitos dos clientes." Esse texto refere-se a que modelo de serviço em nuvem?

- A) "Platform as a Service" ou Plataforma como Serviço.
- B) "Infrastructure as a Service" ou Infraestrutura como Serviço.
- C) "Function as a Service" ou Função como Serviço.
- D) "Software as a Service" ou Software como Serviço.
- E) "Everything as a Service" ou Tudo como Serviço.

29. O Linux é um sistema operacional que deriva do Unix, muito robusto e bastante seguro. Atualmente várias versões ou "distros", como são chamadas as versões Linux, são utilizadas para as mais diversas tarefas, desde servidores de todos os tipos, até estações gráficas. No que se refere ao sistema operacional Linux, assinale a alternativa correta.

- A) Konqueror é um editor de textos semelhante ao MS Word, mas permite acessos a arquivos em diversos formatos, além do .doc.
- B) A instalação do tipo "dual boot" ocorre quando são instalados duas ou mais versões de um mesmo sistema operacional.
- C) O Linux é um sistema operacional Open Source baseado no MS-DOS.
- D) O KDE Control Center oferece opções de configuração no Linux, sendo similar ao Painel de Controle do Windows.
- E) O acesso ao ambiente do sistema operacional Linux só é permitido a um usuário cadastrado.

30. Segundo a definição técnica de Firewall, ele é um dispositivo em uma rede de computadores, um programa ou equipamento físico, cujo objetivo é aplicar uma política de segurança a um determinado ponto da rede, geralmente associados a redes TCP/IP. De acordo com essa definição, assinale a alternativa correta.

- A) Firewall não protege contra a infecção de vírus ou outros tipos de malware, a não ser que já tenha esta função "acoplada" no appliance.
- B) Snort é um programa do tipo firewall que também funciona como antivírus.
- C) Uma de suas funções é o monitoramento do tráfego da rede, verificando somente os pacotes que entram na rede.
- D) Uma de suas funções é o monitoramento do tráfego da rede, verificando apenas os pacotes que saem da rede.
- E) O seu principal objetivo é proteger a integridade dos dados, não importando a confidencialidade deles.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A Constituição Federal de 1988 inseriu como uma das funções institucionais do Ministério Público a propositura da ação civil pública. Ao disciplinar este instrumento, a Lei nº 7.347/1985 determina expressamente que

- A) não será cabível ação civil pública para apurar a responsabilidade por danos morais causados ao consumidor.
- B) será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam contribuições previdenciárias e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.
- C) a ação civil pública poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- D) será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos.
- E) não será cabível ação civil pública para apurar a responsabilidade por danos patrimoniais causados por infração da ordem econômica.

32. Ainda de acordo com a Lei nº 7.347/1985, têm legitimidade para propor a ação civil pública:

- I. as Defensorias Públicas;
- II. o Distrito Federal e os Municípios;
- III. as autarquias públicas;
- IV. as empresas públicas;
- V. o Ministério da Saúde e o Ministério da Economia.

Estão corretos os itens

- A) I, II e III, apenas.
- B) II e V, apenas.
- C) II, III e V, apenas.
- D) I, II, III e IV, apenas.
- E) I, III e V, apenas.

33. Sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- A) Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- B) No âmbito da União, a fiscalização orçamentária é exercida pela Câmara dos Deputados, com auxílio do Tribunal de Contas da União.
- C) As decisões dos Tribunais de Contas de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo judicial.
- D) Compete ao Tribunal de Contas da União revogar a execução do ato impugnado, comunicando a decisão, no prazo de 24 (vinte quatro) horas, à Câmara dos Deputados.
- E) No âmbito da União, a fiscalização orçamentária é exercida pelo Senado Federal, com auxílio da Controladoria-Geral da União.

34. De acordo com a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que

- A) apenas as entidades públicas têm o dever de prestar contas.
- B) prestará contas qualquer pessoa jurídica que firmar contrato com a Administração Pública.
- C) apenas as entidades públicas e as pessoas físicas que ocupam cargo de gestão têm o dever de prestar contas.
- D) prestará contas qualquer entidade privada cujo sócio seja servidor público estatutário ou celetista.
- E) prestará contas qualquer pessoa física que utilize, arrecade e guarde dinheiros, bens e valores públicos.

35. A respeito do regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil (Lei nº 13.019/2014), analise as afirmativas a seguir:

- I. São diretrizes fundamentais do regime jurídico de parceria, dentre outras, a priorização do controle de resultados e o estabelecimento de mecanismos que ampliem a gestão de informação, transparência e publicidade.
- II. A administração pública deverá manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento.
- III. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

É correto o que se afirma

- A) apenas em I.
- B) apenas em II e III.
- C) apenas em III.
- D) apenas em I e II.
- E) em I, II e III.

36. Analise as afirmativas a seguir com base na Instrução Normativa TCU nº 71/2012:

- I. Tomada de contas especial é um processo administrativo devidamente formalizado, com rito próprio, para apurar responsabilidade por ocorrência de dano à administração pública federal, com apuração de fatos, quantificação do dano, identificação dos responsáveis e obter o respectivo ressarcimento.
- II. O processo de tomada de contas especial deve ser constituído e encaminhado ao Tribunal de Contas da União em meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- III. A instauração de tomada de contas especial independe da existência de elementos jurídicos que indiquem a omissão no dever de prestar contas, bastando a presença de meros indícios entre a situação que teria dado origem ao dano e a conduta da pessoa supostamente responsável pelo dever de ressarcir os cofres públicos.

É correto o que se afirma

- A) apenas em I.
- B) apenas em II e III.
- C) apenas em III.
- D) apenas em I e II.
- E) em I, II e III.

37. Assinale a alternativa correspondente ao conceito de Termo de Colaboração previsto na Lei nº 13.019/2014.

- A) Instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiro.
- B) Instrumento exclusivamente destinado à formalização de contrato de gestão cujo valor global seja inferior a R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).
- C) Instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros.
- D) Instrumento exclusivamente destinado à formalização de convênio cujo valor global seja superior a R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).
- E) Instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

38. De acordo com a Portaria CGU nº 807/2013, é correto afirmar que os modelos de Relatórios do Tomador de Contas Especial

- A) devem ser elaborados após transcorridos dez anos do fato gerador.
- B) encerram a fase de recursos no âmbito do controle externo.
- C) são de utilização obrigatória.
- D) devem ser assinados pelo chefe da CGU.
- E) não podem ser adaptados.

39. A respeito da Portaria TCU nº 122/2018, assinale a alternativa correta.

- A) O Sistema e-TCE não pode ter por objeto o cadastramento de débitos resultantes de dispensa de instauração de tomada de contas especial.
- B) O Sistema e-TCE consiste na transformação dos Tribunais de Contas dos Estados em órgãos virtuais.
- C) O Sistema e-TCE trata da integração de dados entre os Tribunais de Contas dos Estados com os órgãos do Poder Judiciário.
- D) O Sistema e-TCE tem por objeto a instauração, a tramitação e a autuação de processos de tomada de contas especial.
- E) O Sistema e-TCE é específico para a comunicação virtual, a título de controle interno, entre as Controladorias e os Tribunais de Contas.

40. Analise as afirmativas a seguir sobre o controle legislativo e o controle judicial da Administração Pública:

- I. No controle legislativo é possível a sustação de atos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar.
- II. Enquanto o controle judicial da Administração Pública é repressivo e político-jurídico, o controle legislativo é preventivo e político-administrativo.
- III. O Poder Judiciário, ao exercer o controle interno no julgamento de ação popular proposta pelo cidadão, atua como uma Ouvidoria Jurídica, porém com a possibilidade de analisar o mérito dos atos administrativos.

É correto o que se afirma

- A) apenas em I.
- B) apenas em II e III.
- C) apenas em III.
- D) apenas em I e II.
- E) em I, II e III.

41. O orçamento anual constante na Lei Orçamentária pode ser alterado por meio de créditos adicionais que autorizam despesas não computadas ou insuficientemente dotadas nessa Lei. Segundo disposto na Lei nº 4.320/1964, no seu art. 41, os créditos adicionais classificam-se em suplementares, especiais e extraordinários. Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir:

- I. A vigência dos créditos adicionais restringe-se ao exercício financeiro em que foram autorizados, independentemente de sua classificação.
- II. Os créditos suplementares e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro poderão ter sua vigência prorrogada até o término do exercício financeiro subsequente.
- III. Os créditos suplementares serão abertos por decreto do Poder Executivo, dependendo de prévia autorização legislativa, necessitando da existência de recursos disponíveis.
- IV. Para fins de abertura de créditos suplementares, são considerados recursos disponíveis o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior e o excesso de arrecadação.

É correto o que se afirma

- A) apenas em I e II.
- B) apenas em I e IV.
- C) apenas em II e III.
- D) apenas em III e IV.
- E) em I, II, III e IV.

42. O ano de 2020 ficou marcado como o ano em que a pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, causador da Covid-19, implicou em milhões de mortos e de pessoas infectadas, levando a mudanças significativas na vida de grande parte da população mundial. Nesse contexto, o governo brasileiro teve que elevar seus gastos para adotar medidas de enfrentamento dessa pandemia por meio da aquisição de equipamentos, medicamentos, contratação de pessoal, investimento em pesquisa e diversas outras ações que contribuíssem na contenção da propagação da doença e na promoção do bem-estar social, preservando a vida. Contudo, essas despesas não estavam previstas na Lei Orçamentária de 2020. Para o atendimento de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento, a Lei nº 4.320/1964, no seu art. 40, prevê autorização desse tipo de despesa por meio dos créditos adicionais. Nesse caso, qual tipo de crédito adicional teve que ser solicitado?

- A) Crédito especial, pois é destinado a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- B) Crédito extraordinário, pois é destinado a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- C) Crédito especial, pois é destinado a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica aprovada na Lei Orçamentária de 2020.
- D) Crédito suplementar, pois é destinado a reforço na dotação orçamentária prevista na Lei Orçamentária de 2020.
- E) Crédito extraordinário, pois é destinado a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica aprovada na Lei Orçamentária de 2020.

43. A classificação econômica da receita orçamentária é estabelecida na Lei nº 4.320/1964 para sustentar o conceito com base no ingresso de recursos financeiros, e não pelo reconhecimento do direito, conforme princípio contábil da competência de registro. Segundo o art. 11 desta lei, as receitas são classificadas por categoria econômica como Receitas Correntes e Receitas de Capital. Sobre a classificação das receitas por categoria econômica, analise as afirmativas a seguir:

- I. As receitas tributária, agropecuária, industrial e de serviços são receitas correntes.
- II. As receitas patrimonial, de alienação de bens e de operações de crédito são receitas de capital.
- III. As receitas provenientes de impostos, taxas e contribuições de melhoria são receitas correntes.
- IV. As receitas provenientes da exploração de atividades econômicas são classificadas como receitas correntes.

É correto o que se apresenta

- A) nas afirmativas I e II, apenas.
- B) nas afirmativas I, II e III, apenas.
- C) nas afirmativas II, III e IV, apenas.
- D) nas afirmativas I, III e IV, apenas.
- E) em todas as afirmativas.

44. De acordo com a Lei nº 4.320/64, a despesa pública é classificada em duas categorias econômicas: Despesa Corrente e Despesa de Capital. As despesas correntes são as que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. Já as despesas de capital são aquelas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. A despesa por categoria econômica pode ainda ser discriminada por grupos de natureza da despesa e por elementos de despesa. Observada essa classificação, relacione a Coluna 1 à Coluna 2 a seguir, associando os grupos de natureza das despesas correntes e de capital aos seus respectivos elementos de despesa:

Coluna 1

1	Despesas de Custeio
2	Transferências Correntes
3	Investimentos
4	Inversões Financeiras
5	Transferência de Capital

Coluna 2

()	Aquisição de Imóveis
()	Material de Consumo
()	Obras Públicas
()	Contribuições de Previdência Social
()	Amortização da Dívida Pública

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta obtida no sentido de cima para baixo.

- A) 5 – 1 – 3 – 4 – 2
 B) 5 – 1 – 4 – 3 – 2
 C) 4 – 3 – 1 – 2 – 5
 D) 2 – 5 – 3 – 4 – 1
 E) 4 – 1 – 3 – 2 – 5

45. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 174, informa que o Estado, como agente normativo e regulador da atividade econômica, exercerá funções de fiscalização, incentivo e planejamento. Entre as alternativas a seguir, assinale a que apresenta a ação estatal que **não** se encaixa entre as funções supracitadas.

- A) A distribuição direta de renda às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o país por meio do Programa Bolsa Família.
 B) A demarcação, por meio do plano diretor, de uma Zona Especial de Interesse Social, em que há a flexibilização de normas e padrões urbanísticos.
 C) A suspensão da fusão de duas grandes empresas por parte do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, evitando a formação de um monopólio.
 D) A concessão de benefícios tributários à indústria automobilística, condicionada ao atingimento de metas de eficiência energética em seus produtos.
 E) O tratamento favorecido, diferenciado e simplificado a sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens e serviços.

46. No processo de execução orçamentária é possível a movimentação de créditos orçamentários para que outras unidades administrativas possam executar a despesa orçamentária, mantidas as classificações institucional, funcional, programática e econômica. Essa movimentação é conhecida como Descentralização de Créditos Orçamentários. Sobre esse tema, analise a seguinte situação: As despesas de custeio das Instituições Federais de Ensino Superior correspondem a grande parte do seu orçamento discricionário. A fim de reduzir essa despesa, o Ministério da Educação quer descentralizar parte do seu orçamento favorecendo as universidades que apresentem projetos de investimento com potencial de redução futura do custeio, tais como: aquisição de placas solares, instalação de sistema de videomonitoramento, entre outros. Nessa situação, tem-se

- A) um destaque, pois trata-se de uma descentralização que ocorre entre unidades gestoras de órgãos ou entidades de estrutura diferentes.
 B) uma provisão, pois trata-se de uma descentralização interna que envolve unidades gestoras de um mesmo órgão.
 C) um repasse, pois trata-se da transferência de recursos financeiros do órgão setorial de programação financeira para órgão pertencente a outro ministério.
 D) uma transferência, pois modifica a programação ou o valor de suas dotações orçamentárias.
 E) uma transposição, pois altera a unidade orçamentária detentora do crédito orçamentário aprovado na lei orçamentária.

47. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) introduziu uma série de mecanismos para evitar o excesso de Despesas com Pessoal. Assinale a afirmativa que **não** corresponde a um desses mecanismos.

- A) A vedação ao aumento da despesa com pessoal nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou Órgão.
 B) A despesa total com pessoal não poderá exceder, para União, Estados e Municípios, 50, 60 e 60% da receita corrente líquida, respectivamente.
 C) Caso a despesa total com pessoal exceda 95% do limite, o Poder ou Órgão fica proibido de criar novos cargos e de fazer alterações na estrutura de carreira que impliquem aumento de despesa.
 D) Caso a despesa total com pessoal exceda 95% do limite, o Poder ou Órgão fica proibido de proceder com provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal, sem exceção.
 E) Caso não consiga adequar-se à meta de despesa com pessoal em dois quadrimestres, o Poder ou Órgão não poderá obter garantia de outro ente ou receber transferências voluntárias.

48. O Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, regulamenta os convênios e os contratos de repasse celebrados pelos órgãos e entidades da administração pública federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, para a execução de programas, projetos e atividades que envolvam a transferência de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União. Quanto à disciplina dessa norma, é correto afirmar que

- A) o convênio é um instrumento administrativo, de interesse recíproco, por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, que atua como mandatário da União.
- B) a celebração de convênio ou contrato de repasse com entidades públicas será precedida de chamamento público a ser realizado pelo órgão ou entidade concedente, visando à seleção de projetos ou entidades que tornem mais eficaz o objeto do ajuste.
- C) a análise da prestação de contas pelo concedente poderá resultar em: aprovação, aprovação com ressalva, quando evidenciada impropriedade ou outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao Erário ou rejeição com a determinação da imediata instauração de tomada de contas especial.
- D) nos convênios e contratos de repasse firmados com entidades privadas sem fins lucrativos, não poderão ser realizadas despesas administrativas (despesas com internet, transporte, aluguel, telefone, luz, água e outras similares) com recursos transferidos pela União.
- E) a inadimplência da entidade privada sem fins lucrativos em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais transfere à administração pública a responsabilidade por seu pagamento e poderá onerar o objeto do convênio ou contrato de repasse.

49. O sistema de controle interno visa primeiramente assegurar a observância à legislação na execução dos procedimentos administrativos, mas também garantir que esses sejam pautados pela economicidade e eficiência. Sobre o sistema de controle interno da administração pública federal, é correto afirmar que

- A) é exercido pelo Legislativo com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU).
- B) tem prerrogativa exclusiva de acionar o Tribunal de Contas da União (TCU).
- C) aprecia atos de admissão de pessoal e concessões de aposentadorias.
- D) tem como papel o controle sobre operações de crédito, avais e garantias da União.
- E) fiscaliza a aplicação de recursos repassados pela União a Estados e Municípios.

50. A fim de garantir a sustentabilidade da dívida pública de Estados e Municípios, o Senado Federal, por meio das Resoluções nº 40 e 43/2001, estabeleceu parâmetros para o endividamento desses entes. Assinale a alternativa que corresponde a uma restrição legal sobre o endividamento público.

- A) As receitas com operações de crédito não poderão exceder ao montante das despesas de capital para um mesmo exercício financeiro.
- B) A Dívida Consolidada Líquida dos Estados e Distrito Federal não pode ultrapassar 1,2 vezes suas respectivas Receitas Correntes Líquidas anuais.
- C) O pagamento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida não pode ultrapassar 16% da Receita Corrente Líquida anual.
- D) O saldo de garantias concedidas por Estados e Municípios não pode exceder 11,5% da Receita Corrente Líquida anual.
- E) O ente que não conseguir adequar-se aos parâmetros de endividamento até os três quadrimestres subsequentes fica proibido, sob qualquer hipótese, de realizar novas operações de crédito.

51. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade. Esses serviços incluem, por exemplo, programas e políticas de bem-estar, educação pública, segurança nacional e defesa nacional. Desta forma, considerando as características das entidades do setor público, é correto afirmar que nesse setor,

- A) muitos programas e políticas públicas implementadas são de longo prazo e a capacidade para cumprir os compromissos independe dos tributos e das contribuições a serem arrecadados no futuro.
- B) a sociedade fiscaliza a gestão das entidades públicas diretamente, respaldada pela Constituição, ou indiretamente, por meio de representantes. A Constituição brasileira exige a elaboração do orçamento anual pelo poder Legislativo e a sua disponibilização à sociedade.
- C) as demonstrações orçamentárias que evidenciam a situação patrimonial e o desempenho fornecem todas as informações que os usuários precisam conhecer a respeito dos programas e políticas públicas de longo prazo.
- D) a principal razão de se manterem ativos imobilizados e outros ativos é voltada para o potencial de geração de fluxos de caixa. Desta forma, o desempenho de tais entidades podem ser plenamente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa.
- E) a principal razão da regulação é assegurar o interesse público de acordo com objetivos definidos nas políticas públicas ou quando existem falhas de mercados para determinados serviços. Essas atividades regulatórias são conduzidas de acordo com o estabelecido na legislação.

52. A Lei nº 4.320/1964 estatui as normas gerais sobre o controle da execução orçamentária da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Sobre o controle da execução orçamentária, é correto afirmar que

- A) o controle externo, exercido pelo Poder Executivo, analisará a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa.
- B) o controle interno, exercido pelo Poder Legislativo, tem como um de seus objetivos verificar a probidade da administração.
- C) a atribuição do órgão de controle interno é prestar consultoria e assessoramento jurídico aos administradores de bens e recursos públicos.
- D) a Tomada de Contas Especial é prerrogativa exclusiva do Tribunal de Contas da União, devendo ser instaurado quando se configurar omissão no dever de prestar contas.
- E) o controle do cumprimento do programa de trabalho caberá ao órgão incumbido da elaboração da proposta orçamentária ou a outro indicado na legislação.

53. Os Princípios Orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Válidos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos – União, Estados, Distrito Federal e Municípios –, são estabelecidos e disciplinados por normas constitucionais, infraconstitucionais e pela doutrina. No que se refere aos Princípios Orçamentários, assinale a alternativa correta.

- A) No tocante ao princípio da unidade, todas as receitas fixadas e despesas previstas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada esfera federativa: a Lei Orçamentária Anual (LOA).
- B) No tocante ao princípio orçamentário da totalidade, previsto, de forma expressa, pelo caput do art. 2º da Lei nº 4.320/1964, determina-se a existência de orçamentos múltiplos e paralelos dentro da mesma pessoa política.
- C) No tocante ao princípio da universalidade, a Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e parcela das despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- D) No tocante ao princípio da periodicidade, segundo o art. 34 da Lei nº 4.320/1964, o exercício financeiro orçamentário (período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação de despesas registradas na LOA irão se referir) não coincidirá com o ano civil.
- E) No tocante ao princípio da exclusividade, a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.

54. A Portaria Interministerial nº 424/2016 estabelece normas para execução do disposto no Decreto nº 6.170/2007, que, por sua vez, estabelece as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. Sobre o disposto na Portaria Interministerial, é correto afirmar que

- A) a celebração de convênios é permitida para execução de atividades cujo objeto esteja relacionado ao pagamento de custeio continuado do proponente.
- B) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão executar o objeto do instrumento celebrado com a União por meio de consórcio público a que estejam associados.
- C) o instrumento poderá ser alterado em todo ou em parte mediante proposta apresentada em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência ou no prazo nele estipulado.
- D) as receitas oriundas de rendimentos de aplicação no mercado financeiro poderão ser computadas como contrapartida devida pelo conveniente.
- E) o prazo para prestação de contas final será de até 30 (trinta) após o encerramento da vigência ou a conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.

55. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, a escrituração contábil deve ser realizada com observância aos Princípios de Contabilidade. Além de obedecer às normas de contabilidade pública, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), no seu art. 50, estabelece que a escrituração das contas públicas deverá observar que

- A) a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada.
- B) a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de caixa, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de competência.
- C) as demonstrações contábeis compreenderão as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente e as operações intragovernamentais.
- D) as despesas previdenciárias não serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos e a demonstração das variações patrimoniais dará destaque à origem e ao destino dos recursos decorrentes da alienação de ativos.
- E) as operações de crédito e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, sem detalhamento, por simplificação contábil.

56. O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão. As características qualitativas são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. Com relação as essas, é correto afirmar que, no tocante à

- A) relevância, a informação contábil apenas será capaz de influenciar o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil e, desse modo, ser relevante, se alguns usuários decidirem a considerar ou já estiverem cientes dela.
- B) representação fidedigna, para ser útil como informação contábil, a representação dos fenômenos econômicos e outros fenômenos que se pretenda representar deve ser completa, subjetiva e livre de erro material.
- C) tempestividade, para que a informação contábil tenha mais utilidade, é fundamental que ela esteja disponível, mais rapidamente, para ser utilizada como insumo em processos de avaliação da prestação de contas e responsabilização (*accountability*).
- D) representação fidedigna, a informação que representa fielmente um fenômeno econômico ou outro fenômeno retrata a substância da transação, a qual deverá corresponder, necessariamente, à sua forma jurídica.
- E) compreensibilidade, as demonstrações contábeis devem apresentar a informação de maneira que corresponda às necessidades, mas sem levar em consideração à base do conhecimento dos usuários e a natureza da informação apresentada.

57. Considere os seguintes fatos registrados na contabilidade de determinado ente público:

- I. Recebimento de receitas tributárias no valor de R\$ 2.000,00;
- II. Empenho da despesa no valor de R\$ 1.800,00;
- III. Liquidação de despesa corrente no valor de R\$ 1.400,00;
- IV. Inscrição de Restos a Pagar, sendo R\$ 1.400,00 de Restos a Pagar Processados e R\$ 400,00 de Restos a Pagar Não Processados.

Tomando como referência tais fatos, é correto afirmar que

- A) todas as despesas serão inscritas em restos a pagar, segregadas entre liquidadas e não pagas e não liquidadas e haverá superávit financeiro de R\$ 200,00.
- B) o empenho no valor de R\$ 1.800,00 consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico. Logo, o patrimônio não poderá ser potencialmente afetado por esse empenho.
- C) os possíveis efeitos sobre o patrimônio devem ser verificados antes do implemento de condição e da verificação do direito adquirido pelo credor no valor de R\$ 1.400,00.
- D) o passivo financeiro de R\$ 1.800,00, que comprometerá o ativo financeiro diminuindo o valor do superávit financeiro, deverá ser criado, caso não se verifique a realização do fato gerador patrimonial.
- E) o ingresso de recursos no caixa no valor de R\$ 2.000,00 não corresponderá a receita orçamentária, uma vez que representa a disponibilidade de recursos financeiros para o erário.

58. Os instrumentos de planejamento orçamentário compreendem o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A LDO foi instituída com faculdades que vão além da orientação para elaboração da LOA. A respeito da LDO, é correto afirmar que

- A) deverá ser enviado ao Congresso Nacional, até nove meses antes do encerramento do exercício financeiro, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- B) não disporá sobre as alterações na legislação tributária, mas estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- C) deverá dispor sobre os prazos e os limites das propostas orçamentárias dos três poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União.
- D) compreenderá as metas e as prioridades da Administração Pública Federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro corrente.
- E) disporá sobre o equilíbrio de receitas e despesas, mas não sobre critérios e formas de limitação de empenho, pois esses serão estabelecidos na LOA.

59. O Plano Plurianual (PPA) é doutrinariamente conhecido como o planejamento estratégico de médio prazo da Administração Pública brasileira que contém os projetos e as atividades que o Governo pretende realizar, ordenando suas ações e visando à consecução de objetivos e metas a serem atingidas. Sobre o Plano Plurianual, é correto afirmar que

- A) toda ação do Governo está estruturada em programas orientados para a realização dos objetivos estratégicos definidos no PPA para o período de cinco anos, intercalado em dois mandatos presidenciais.
- B) deve ser estabelecido por lei de iniciativa do Poder Legislativo até quatro meses antes do final do primeiro exercício financeiro do mandato do novo presidente, e devolvido para a sanção até o encerramento da sessão legislativa.
- C) a lei que o instituir deverá estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal para as despesas, com exceção das despesas de capital e delas decorrentes.
- D) dentre outros fins, como planejamento estratégico de médio prazo, o PPA deve oferecer elementos para que os controles interno e externo possam relacionar a execução física e financeira com os resultados da atuação do governo.
- E) que vigerá no período que inicia em 2020 apresenta apenas três pilares em sua construção, quais sejam: simplificação metodológica, realismo fiscal e integração entre planejamento e avaliação.

60. As metas fiscais servem como parâmetros para dar confiança à sociedade de que o governo garantirá as condições necessárias à estabilidade econômica e ao controle do endividamento público. Em razão da importância desses indicadores, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece as metas de resultado primário para o exercício a que se referem e para os dois seguintes. Nesse contexto, considere que a tabela a seguir seja o resumo das despesas e receitas do Governo Federal em determinado ano:

Receita	Despesa
Receitas Não Financeiras: R\$ 1,9 trilhão	Despesas Não Financeiras: R\$ 1,8 trilhão
Receitas Financeiras: R\$ 1 trilhão	-Investimentos: R\$ 250 bilhões
- Operações de Crédito: R\$ 800 bilhões	-Inversões Financeiras: R\$ 50 bilhões
- Outras Receitas Financeiras: R\$ 200 bilhões	-Outras Despesas Não Financeiras: R\$ 1,5 trilhão
	Despesas Financeiras: R\$ 1,1 trilhão
	-Juros e Encargos da Dívida: R\$ 650 bilhões
	-Amortização da Dívida: R\$ 430 bilhões
	-Outras Despesas Financeiras: R\$ 20 bilhões
Receita Total: R\$ 2,9 trilhões	Despesa Total: R\$ 2,9 trilhões

Com base apenas nas informações acima, assinale a alternativa correta.

- A) Nesse ano, a dívida do Governo Federal reduziu-se em R\$ 370 bilhões.
- B) Nesse ano, o Governo Federal violaria a Regra de Ouro.
- C) Nesse ano, o Governo Federal teve um déficit primário de R\$ 100 bilhões.
- D) Nesse ano, se a despesa com Investimentos fosse zero, o resultado primário reduziria em R\$ 250 bilhões.
- E) Nesse ano, o Governo Federal teve um déficit nominal de R\$ 500 bilhões.